

Revolução



**CHILE
CHILE
CHILE**

TAP UMA LUTA EXEMPLAR

*entrevista com um
camarada operário
págs. 4 e 5*

Número 11 — 7 de Setembro — Preço por exemplar 2\$50 — Semanalmente

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução

PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS



PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Camaradas;

Antes do 25 de Abril ideologicamente considerá-vos-me Marxista-Leninista, nunca tendo no entanto estado filiado em qualquer partido (clandestino claro) devido a não saber quem contactar para o efeito.

Após o 25 de Abril vi surgir uma grande quantidade de partidos e Movimentos e fiquei indeciso sem saber por qual optar.

Foi então que por acaso deparei com o vosso jornal cujo título me chamou a atenção.

Comprei-o, li-o, e vi que me identificava em grande medida com o P.R.P.. Além disso tinha já conhecimento das acções das Brigadas Revolucionárias até pela audição da rádio "A VOZ DA LIBERDADE" que costumava ouvir frequentemente.

Assim decidi escrever-vos para que me digais como posso filiar-me no vosso Partido e me deis possibilidade de fazer qualquer coisa pelo P.R.P.-B.R. aqui onde a grande maioria da população sendo operária existe num desconhecimento total de qualquer ideologia Marxista.

Estou assim ao serviço do P.R.P.-B.R. para tudo o que for necessário, considerando-me já um dos vossos. Peço que me respondais o mais rapidamente possível.

Chamo-me...tenho 18 anos e sou estudante.

Saudações.

"Prezados Camaradas do "Revolução":

Quero felicitar-vos calorosamente pelo trabalho político que têm vindo a desenvolver no vosso jornal. Além de ser o "organizador" que Lenine refere, "Revolução" vem desenvolvendo também, correctamente, o seu concomitante papel cultural — isto é, a consciencialização gradual/constante da sua exacta posição no esquema da produção capitalista — tem de passar necessariamente por uma formação cultural autêntica e proletária. Só assim o proletariado poderá armar-se cada vez melhor contra os exploradores. E, como se sabe, intervir no mundo é um momento que vem depois de compreender (critica-

mente) o mundo.

Espero que o nosso jornal não subestime nunca as suas responsabilidades também culturais. Chego a pensar que o bem conhecido revisionismo do P.C.P., cunhalista foi em grande medida possível porque durante décadas, parece-me, os quadros do Partido terão negligenciado seriamente, junto das bases pelo menos, esse papel cultural. Neste sentido, adiantarei que só assim "Revolução" será sempre e por completo um verdadeiro órgão proletário ao serviço de classes.

Gostaria também que a análise e denúncia de todas as contradições do revisionismo e do reformismo (especialmente nos aspectos da guerra colonial e da exploração capitalista e demagógica da ditadura burguesa contra os trabalhadores) pudessem fazer-se talvez com maior vigor polémico, aliás em aliança (que creio possível) com a habitual serenidade de linguagem. Na verdade, penso que devemos esforçar-nos por abrir para nós um "espaço" político cada vez mais próprio, ou seja, delimitado por oposições. A nossa força será sempre essa e estará aí mesmo.

Termino com estas simples observações: Será difícil impedir tantas gralhas nos textos? E, na paginação, será difícil baixar o número das "continuações".

Camaradas:

Pertencem à classe trabalhadora e nós trabalhadores nunca fomos aceites na sociedade burguesa, mas também não queremos pertencer a essa mesma sociedade.

Queremos sim um salário capaz de satisfazer as necessidades de humanos que somos tal como os capitalistas.

Vivo numa cidade onde ainda não chegou o 25 de Abril, dado que o M.D.P. é o único partido aqui existente. Não sei discutir política, mas sei o que quero.

Antes do 25 de Abril conversava com pessoas amigas e expunha as minhas ideias, ideias essas que só hoje reconheço que eram ideias 'socialistas e comunistas'.

Sou transmontano, tenho 19 anos e daqui a algum tempo estarei

a cumprir serviço militar; pois terei coragem suficiente para dizer cara a cara, seja a quem for, que não irei para o Ultramar, arriscar a minha vida para defender os interesses dos exploradores da humanidade.

Camarada, a união faz a força. Nós que pertencemos à classe trabalhadora fazemos um número maior que os capitalistas.

E, 'Unidos Venceremos'.

Camaradas:

Em primeiro lugar, felicito-vos pelo vosso trabalho, em defesa da causa justa, da luta revolucionária do povo português, e da classe operária em especial, nessa luta contra a burguesia, e contra os falsos Amigos do Povo.

... Eu ponho aqui o meu, e de tantos camaradas, problema pré-militar: tenho 18 anos, portanto na idade em que estou quase a ir servir o exército colonial, tanto eu como estes camaradas, nestas condições em que se nos desempregarmos já não conseguimos ninguém que nos dê trabalho e se nos dão é já em condições ilegais, ou seja nem estamos na legalidade sob pretexto da burguesia, que nos está a fazer um favor. Isto é vergonhoso e inadmissível, e ainda por cima dizem que nós, movemos sobre eles (burguesia) "ataques ideológicos".

Não será isto que eles nos fazem, mas ainda pior do que ataques ideológicos servem-se de nós para que o seu capital suba mais e ainda dizem que nos estão a fazer um favor. Portanto, a tudo isto há que dizer BASTA! Eu escrevo-vos para que por intermédio deste nosso jornal chegue até aos camaradas nestas condições e para nós nos unirmos nesta luta, que é o direito ao trabalho na legalidade, ao jovem de qualquer idade pré-militar.

Ou nós também não servimos para a guerra colonial, em luta contra os povos irmãos das colónias? Sobre este problema nós jovens, temos que meditar bem, ou seja:

— Nós apenas vamos defender os interesses daqueles que nos reprimem.

— Todos somos filhos do povo explorado. Por isso, há que dizer NÃO a esses senhores e unirmo-nos aos camaradas que defendem a causa anti-colonial.

— Pela Revolução Socialista.

— Desmascaremos todos os falsos amigos do povo.

J. A. R. S.

GREVE NOS JORNAIS COMUNICADO DO P. R. P.-B. R.

Perante a greve do Jornal do Comércio, que se arrasta desde 22 de Agosto, e perante os acontecimentos que se sucederam e em particular os de 3 e 4 do corrente, o PRP-BR declara:

1 — Saúda e solidariza-se com os trabalhadores do jornal do Comércio na sua justa greve, de carácter superior.

2 — Saúda e solidariza-se com os trabalhadores dos jornais diários na sua greve de solidariedade e na sua luta pelo desmascaramento e pela inactivação dos fura-greves.

3 — Denuncia a manobra do grupo Quina impedindo o saneamento de Carlos Machado, como fazendo parte da política das administrações de imprensa diária, no sentido da censura interna e da selecção da informação em consequência da qual pouco "passa", do que diz respeito à defesa dos trabalhadores e à política revolucionária.

4 — Denuncia as manobras de traição dos

fura-greves do "Século", que vêm na sequência de toda a política de traição ao proletariado e de conciliação com a burguesia que o reformismo vem demonstrando ao longo de todas as lutas dos trabalhadores e de que o último exemplo flagrante é a TAP.

5 — Denuncia a repressão exercida através do Copcon, que mais não tem demonstrado ser do que um instrumento de violência da burguesia contra os trabalhadores. E apela para que os soldados aí integrados continuem a dar mostras, tal como a maioria deu durante o dia 4, de que nada têm a ver com interesses da burguesia.

6 — Só a organização dos trabalhadores a todos os níveis e por todas as formas de luta poderá vencer a organização da burguesia que procura por todos os meios continuar o seu reinado.

4 de Setembro de 1974

PRP — BR

SOGANTAL



Automóvel dos patrões, grandemente danificado pela população do Montijo

Há quase quatro meses que as operárias da Sogantal estão em luta pela defesa do seu trabalho e contra o capital internacional, sem que o Ministério do Trabalho e o Governo tenham ainda encontrado uma solução. Este processo não é único, uma vez que na indústria de confecções se encontram mais fábricas em risco de fechar, porque os patrões estrangeiros resolveram pura e simplesmente fazer as malas e procurar mão de obra mais barata (!?) em países onde a estabilidade política lhes permita explorar outros operários sem muitos problemas. É curioso verificar que, no nosso país, eles tomaram esta decisão e põem no desemprego milhares de trabalhadores sem que o Governo mexa uma palha contra eles. As operárias tomaram consciência da cumplicidade patrões-Governo aquando da operação de comandos organizada pelo patrão francês na Sogantal, da qual o Governo tinha conhecimento e que não procurou impedir.

Aqui se faz um resumo dos acontecimentos:

Dia 22— Um membro da comissão de trabalhadores teve uma reunião

com o patrão francês Lardat, em que ele disse, entre outras coisas, que a fábrica tinha deixado de existir em Junho e que portanto deixava de haver operários e que estes deveriam restituir ao patrão o dinheiro das vendas promovidas pelas operárias, ao que o delegado do Sindicato respondeu que se deixava de haver operários também deixava de haver patrões.

Ficou decidido fazer-se um inventário na presença das operárias do material que havia na fábrica.

Dia 23— Esse membro da Comissão de Trabalhadores contacta outras operárias para se proceder, no dia seguinte à noite, ao inventário.

Dia 24 e 25— Cerca da 1 hora da madrugada, entraram na fábrica o patrão francês Lardat juntamente com 12 outros franceses e o gerente Guilherme Gomes. Amarraram o guarda, que tinha sido contratado e pago pelas operárias e barricaram-se com dois cães polícias, cacetes, gases lacrimogéneos e pistolas de alarme. Desmontaram as máquinas, meteram-nas em caixas e

Continua pág. 5

DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo

RECEBEMOS CORRESPONDÊNCIA NO APARTADO N.º 417

Telefone: 71 0982

Impressão e Composição:

Mirandela & C.ª — Rua Victor Cordon, 27-1.ª — Lisboa

Distribuição:

Distribuidora Internacional
Rua de "O Século", 41 a 63 — Lisboa



ACTUALIDADE DO PAÍS

A PROPÓSITO DA LEI (ANTI) - GREVE

O esperado não constitui surpresa.

Não podem, pois, manifestar-se surpreendidos aqueles que conscientes da natureza de classe do Governo Provisório e do sistema vigente (capitalista), sabiam ser necessariamente repressiva a lei de regulamentação da greve que andava a ser cozinhada lá pelos lados de S. Bento.

UMA LEI REACIONÁRIA

Vincadamente reaccionária, a legislação saída a público, é, em consequência das contradições a que está votado um governo que se propõe a defesa dos interesses da pequena e média burguesias, perfeitamente anacrónica. A preocupação primeira que preside ao decreto-lei em questão — a garantia da produção a fim de evitar o agravamento da crise económica — é a causa de tal anacronismo: uma lei que, pretendendo-se ares de "democrática" acaba, ao preocupar-se pela conciliação entre os interesses dos trabalhadores e do patronato no momento em que as condições objectivas e subjectivas conduzirão fatalmente à agudização e radicalização da luta de classes, por ser profundamente contrária aos interesses do proletariado.

A crise económica é, como já várias vezes tem sido afirmado e demonstrado no "Revolução", uma crise inerente ao sistema (capitalista) e que se inscreve numa crise à escala mundial desse mesmo sistema. Trata-se de uma crise que não deixará de agravar-se. Ora em capitalismo, sobretudo em período de crise, serão sempre os trabalhadores as primeiras e principais vítimas, como se agravará inevitavelmente a já crítica situação das pequenas e médias empresas. E é precisamente aqui que os reformistas de vários tons que têm assento no Governo Provisório põem a corda ao próprio pescoço na medida em que não percebem o irremediável do antagonismo dos interesses de classe entre a burguesia e o proletariado, tão-pouco compreendem da impossibilidade de uma terceira via que compatibilizaria os interesses acima referidos.

A UTOPIA OU A TRAIÇÃO DO ANTI-MONOPOLISMO

O anti-monopolismo que tanto preocupa os democratas do pós 25 de Abril, e que será dos pontos mais progressistas do próprio programa do MFA, contém em si o absurdo de uma das duas pretensões impossíveis: ou um capitalismo racional sem monopólios, ou uma etapa num processo que, através de sucessivas reformas, conduziria ao socialismo.

No primeiro dos casos, a utopia desmoronar-se-á em breve perante os inúmeros e insolúveis problemas de natureza económica e social que tal solução transporta em si mesma; no segundo caso, de que os sociais-democratas stalinistas e da II Internacional são defensores, o oportunismo pagará caro as ilusões que a si próprio alimenta e fá-las-á igualmente pagar ao proletariado caso dentro deste — como foi do Chile — não se destaque uma

vanguarda revolucionária revolucionariamente organizada.

UMA LEI E UM ESTADO CAPITALISTAS

Logo no ponto 2 do preâmbulo da lei em questão, está expressa a causa do seu anacronismo e do seu reaccionarismo, quando se propõe regular a greve "em ordem a determinar e estabelecer as formas e garantias do seu exercício e da defesa de outros direitos fundamentais". A leitura dos 31 artigos que regulamentam a greve e "lock-out" deixam claramente perceber ser a propriedade dos meios de produção por privados ou grupos económicos um dos tais "direitos fundamentais", o que concederá ao Governo Provisório o mérito de se auto-definir como claramente capitalista...

Seria exaustivo, e até errado do ponto de vista de uma crítica objectiva, perdermo-nos nos meandros duma análise de cada um dos artigos de per si. Tal método facilitar-nos-ia a tarefa, mas conteria em si o vírus da crítica de direito e a fuga à crítica política, única forma válida e pretendida para este trabalho.

Por tal razão, e depois da leitura e análise atentas do documento em questão, dele destacamos os seguintes aspectos:

1. — A preocupação do Governo Provisório em quebrar a unidade das classes trabalhadoras. Efectivamente, os artigos 4.º, 7.º/1, 10.º, 14.º e 16.º — que dir-se-iam redigidos por um reaccionário conhecedor do marxismo — fomentam a divisão entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que (e é o caso do art.º 7.º), manobram no sentido de colocarem o proletariado a reboque das classes trabalhadoras mais privilegiadas, possibilitando ao patronato a super-exploração dos sectores já de si mais explorados (veja-se a aplicação desta legislação ao caso TAP).

2. — A boa maneira do capitalismo moderno patente nos países mais industrializados, joga-se aqui com a colaboração de estruturas sindicais de cúpula cuja representatividade se força ao máximo (o caso TAP é elucidativo quando as autoridades constituídas apelidam de representativas estruturas sindicais que reúnem 300 trabalhadores ao mesmo tempo que 4000 reiteram o seu apoio à Comissão de Trabalhadores por eles eleita para a condução do processo). Pretende-se por este meio sujeitar-se todo o movimento de massas à direcção duma aristocracia nascida no seu seio e cujo primeiro objectivo é o desvio da luta de classes para o campo da colaboração de classes. Os artigos 8.º/4 e 9.º/1 são claros a este respeito.

3.º — Em complemento, e não fosse o diabo tece-las, os artigos 5.º/1, 8.º/1 e 2, 11.º e 28.º/2 e 4 obrigam a que, perante o reaccionarismo da legislação em causa, todo o processo obedeça a um estrito legalismo que dá todos os trunfos ao patronato e à reacção.

4.º — De primordial importância é o artigo 6.º. O excecionalismo do seu conteúdo e objectivos levam-nos a fazer a sua transcrição integral:

"Considera-se ilícita a greve declarada com desrespeito do processo e acordos colectivos, bem como:

a) A greve desencadeada por motivos políticos ou religiosos;

b) A greve de solidariedade que não interesse directamente à mesma profissão, a menos que exercida em apoio a trabalhadores da mesma empresa."

Como se vê, pretende-se através deste artigo cortar pura e simplesmente a cabeça ao proletariado não dando aso a que a consciência de classe não tenha senão uma expressão sentimental. Luta anti-patrão, sim, luta anti-patronato, não.

A política fica assim reduzida aos

"políticos". Caberia a estes jogar a sorte daqueles que, constituindo a esmagadora maioria e sobretudo sendo os produtores de toda a riqueza social, não teriam direito senão a trabalhar, produzir e... ser explorados.

Tudo isto como se a política fosse crime (a isso estamos habituados) e como se toda e qualquer política — reaccionária ou revolucionária — não existisse senão para sustentar ou alterar (leia-se destruir) esta ou aquela ordem de relações de produção, portanto este ou aquele sistema político. Traduzido à letra, tal artigo diria: "trabalhai cáes e nós, políticos, vos diremos quando, como, para quê e para quem". E como se tudo isto não chegasse,

logo na alínea b) se pretende que a solidariedade fosse coisa abstrata e não implicasse um interesse directo na causa em questão... Poderiam os filósofos miseráveis do Governo Provisório ter escrito imediatamente em vez de directamente; mas a sua pobreza em tal matéria tirou-lhes a já diminuta tanga e deixou-os a nú. Porque não escreveram que é proibido aos trabalhadores terem consciência de classe?

5.º — Não é por acaso — ao contrário do que uma análise superficial possa deixar transparecer — que a legislação em causa se debruça primeiro sobre a greve e depois sobre o "lock-out".

Continua pág. 7

Isto não pode continuar assim! Não tenho espaço para expor toda a minha teoria. Tems que perceber que isto com a "estratégia" eleitoral está-se a complicar muito - há "movimentos dialécticos" por todo o lado; ficamos todos perante a dialéctica da morte e Traficamure com a dialéctica preferentemente morta.

Eu já dei um murro na mesa lá na Redacção do Revolução e disse: "Camará interina, eu não sou hegemónico - sempre cacear galos e eu me dá mais espaço para expor a grandeza do momento que passa ou então eu fundo um jornal de oposição. E aí o interino passo a ser eu, João-Baba."

Oh, homem, nós porque não fomos para Paris, assistimos a isto tudo e devos ~~compreender~~ tipos não vão?

É a proibição da luta popular! (lá porque têm são rapazes capitais e expedidos de língua, têm direito a viver como os outros, porque o sal quanto nosse e para ados). É os judeus no Penitenciaris. É o Melo na rua Rua... É o assassinio no Rio. Que é pois mim uma dupla tragédia -

Há também umas amezanas lá para os lados de Setúbal, murra quinta dum Sr. Chamado Elmano Alves - Conta que foi o 2.º Congresso da A.U.P. na mais miserável ~~clausura~~ clausura trinalde. Isto anda ligado a uns boatos de golpe de Estado. Também é muito complicado, depois explico-te com mais promessas, porque isto não vale a pena... foi Saia o direito de reunião. Si o M.F.A. é que não tem sorte nenhuma. Queriam fazer um plenário para comemorar o 25 e ~~de~~ dar conta e vida (porque têm estado ocupados com tantas burocracias em Portugal e colónias - nem sequer têm tempo para ler uns livros sobre o Paris). E afinal se quem o plenário se lhes resta a clausura trinalde. Mas isso não faz mal, sempre se vão fazendo, porque ninguém sabe o que produz se o dia de amanhã.

O copicom foi o TAP informam-se sobre o programa "FACA FÉRIAS PARAGUAYAS". Começaram a hesitar de retrabalhar a fenda, um a um a milhares de trabalhadores como era isso das FÉRIAS: como ninguém respondeu, porque eles têm um programa patriótico para a Salvação Nacional, que se solidarizaram-se com os "operários" que vão investir os 120 milhões de contos. Resolheu-se ir da uma ~~paragem~~ curva pelo Bairro Alto para ler os jornais do dia 4.

Agora vamos ao resto da conversa...

HUM!...
...e o que dizem do crítico de televisão?





REVOLUÇÃO — Quais os motivos da greve?

RESP. Os motivos da greve devem-se, quanto a mim, ao pessoal da DME (Divisão de Manutenção e Engenharia), ou seja o pessoal de manutenção, fundamentados em duas coisas bem definidas:

1 — A actuação da Comissão Administrativa

2 — A actuação da Comissão Sindical.

Em 2 de Maio de 1974 foi eleita uma Comissão Administrativa para substituir a Administração fascista existente, a qual por pressões dos trabalhadores concentrados em frente ao edifício 25, foi destituída e obrigada a abandonar as instalações. A C.A. que existe actualmente é constituída por sete elementos: quatro eleitos pela J.N.S., dos quais um deles é o Presidente da C.A., e três eleitos democraticamente pelas bases no Coliseu dos Recreios. Destes, um é comandante de voo o outro é um trabalhador administrativo e o terceiro é um operário metalúrgico.

Esta eleição retardou, quanto a mim e aos trabalhadores da DME, as formas de luta que os trabalhadores vêm assumindo até aqui. E isto porquê? Porque os trabalhadores começaram por ver naqueles elementos da CA umas pessoas que estavam ao lado deles, que poderiam resolver os seus problemas e que, portanto, os trabalhadores nas suas bases poderiam descansar nas suas formas de luta progressivas. Poucos dias depois, começou a ver-se o contrário, por diversas razões:

— Por um lado, a CA isolou-se nitidamente da classe operária, dos trabalhadores, tomou as suas decisões exclusivamente de gabinete, não deu para discussão nas bases os problemas prementes que existiam nessa altura, para a partir daí formarem uma consciência de classe e avançarem nas suas lutas.

Criou uma espécie de almofada de amortecimento entre os trabalhadores e a CA, um órgão chamado Conselho de Trabalhadores, que foi há pouco desfeito no plenário, com funções definidas como um órgão puramente consultivo aos trabalhadores e que não agradava a estes. Além disso, tomaram outra posição que os trabalhadores consideraram anti-democrática, que foi a de entre eles decidirem os seus salários a nível de administradores.

Dos dois elementos que passaram das bases para a C.A., um, o empregado administrativo, tinha, salvo erro, à volta de 8000\$00 de ordenado e o outro, o operário metalúrgico, tinha à volta de 11 000\$00. Entre eles os sete, decidiram pura e simplesmente e muito democraticamente entre eles, sem consultar as bases, que para trabalho igual salário igual. Ora isto deu que todos eles ficassem com um salário igual a 52 650\$00. E logo aqui, quanto a nós operários, foi

aberto o fosso entre a C.A. e os trabalhadores. Pois se as classes elegeram esses trabalhadores para a C.A., entendiam que, em posições deste género, também deveriam ter uma opinião a dar sobre isso.

Os trabalhadores, depois de vários debates, chegaram à conclusão que a C.A. com essa atitude, não poderia estar senão do lado do capital. Deixou de ter uma consciência de classe, deixou de ter os mesmos problemas, os mesmos espinhos das bases que os elegeram. Portanto gerou-se logo aqui um conflito.

— Por outro lado a Comissão Sindical através de uma hierarquia profissional deves pronunciada, altamente distanciada — quer dizer, enquanto que existem salários de 5050\$00, a nível de metalúrgicos, para as classes de comandante os salários são de 52 650\$00, 70 000\$00 e, segundo consta, não posso confirmar, até mais.

Ora isto é o que é que gera aqui dentro? É que uma Comissão Sindical, onde estão representados oito sindicatos, fala-se, e com isto querem lançar uma certa poeira aos olhos dos operários, de união, de conciliação entre classes, da Santa Aliança Capital/Trabalho. Isto é absolutamente impossível mesmo dentro duma Comissão Sindical. Porque é que isto acontece? Porque há sindicatos que têm raízes altamente burguesas, como o pessoal de voo, outros médio-burguesas, portanto parte dos administrativos, e outros que são extramamente reaccionários, muito comprometidos politicamente que têm vindo a desprezar os operários, a imporem decisões de cúpula, a imporem a sua linha partidária.

Foi através desta actuação, manifestada também em plenário onde os interesses da classe operária eram quase na totalidade esmagados pela posição maioritária destes sectores reaccionários e burgueses e onde os operários chegavam, depois de discutidas as suas posições nas bases e que portanto reflectiam os seus interesses de classe, que estes viram que essas posições não eram mais do que simples propostas lançadas para uma pseudo-aprovação que na maioria dos casos não se dava. Ora o resultado de tudo isto, foi um plenário em 31 de Julho, na Voz do Operário — aonde após atitudes lamentáveis da C.A., em que esta não se paralizou o ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) diversas vezes, como também caluniou todos os trabalhadores da TAP, chamando-lhes inconscientes, incompetentes, grupúsculos, os que estavam parados foram alcunhados de carneiros e os outros de agitadores — se chegou ao desarmamento de a própria mesa boicotar propostas apresentadas com o argumento de que são perdidas. Boicotaram-se portanto propostas dos trabalhadores que foram mandadas para a mesa para serem postas à discussão e possível aprovação. E nessa reunião, que tinha por função a análise da ac-

TAP

UMA ENTREVISTA COM UM CAMARADA OPERÁRIO DA COMISSÃO DE INFORMAÇÃO

tuação da C.A. e discussão das linhas a seguir, por causa do boicote feito à assembleia por parte da mesa que era constituída por burgueses, e depois de várias horas de discussão, foi apenas decidido o envio de um telegrama ao ministro a lamentar a interrupção das negociações. Estas formas de luta que já eram de antes do 25 de Abril e que continuam a manifestar-se agora que há uma certa liberdade, liberdade essa que deveria ser aproveitada pelos operários, para encontrar formas mais avançadas de luta, de forma a avançar no caminho do derrube do capitalismo, continua-se precisamente a travar as lutas operárias com formas destas, altamente revisionistas e burocráticas.

Os operários da DME sentiram-se e revoltados com essa tomada de posição e imediatamente convocaram um plenário, salvo erro para o dia 3 de Agosto, onde foram discutidas as formas de luta a avançar pelos operários e empregados ligados à manutenção. Foi também eleita uma comissão, que tinha por incumbência promover uma discussão ampla junto das bases, para reunir os pontos que todos sentiam que deveriam ser apresentados num Caderno Reivindicativo, e cuja constituição foi aprovada por unanimidade.

Uma semana depois, num outro plenário foi constituída uma comissão para a redacção final do Caderno Reivindicativo e para a entrega deste à C.A., tendo-se dado um prazo de oito dias (até ao dia 26 de Agosto) a esta ou a quem a representasse para dar uma resposta aos trabalhadores. Durante todo esse tempo os trabalhadores não tiveram qualquer informação sobre as "démarches" feitas pela C.A. acerca do Caderno Reivindicativo.

A FIRMEZA DOS OPERÁRIOS DA D.M.E.

Chegou-se finalmente ao prazo estipulado (dia 26, segunda-feira, às 15.30), para a C.A. dar a resposta exigida.

Entretanto, a C.A., através da Comissão Sindical, tinha mandado uma circular em que convidava o Ministério do Trabalho e os delegados dos Sindicatos dos Metalúrgicos a estarem presentes numa reunião conjunta, às 15.00 desse dia, portanto 30 minutos antes do fim do prazo dado pelos trabalhadores.

Os delegados sindicais da DME, reuniram nesse dia de manhã e decidiram por unanimidade o seguinte:

1 — Estarem presentes nessa

reunião com o sr. Ministro marcando apenas presença. Não tomarem qualquer posição sobre qualquer que fosse o problema ali debatido.

2 — As 15.25 abandonariam a sala e iriam juntar-se aos outros camaradas de trabalho que estariam ali às 15.30 e esperariam conjuntamente por uma resposta da C.A. ou de quem a representasse.

O sr. Ministro entrou cerca das 15.10 e iniciou-se a reunião tendo imediatamente dito que quem tivesse problemas graves que os apresentasse. Eu como era porta-voz dos delegados, peguei no micro e disse que não ia apresentar nenhum problema grave e que ia simplesmente apresentar o que fora decidido na reunião dos delegados sindicais nessa manhã. Disse isto e poucos minutos depois abandonávamos a sala e fomos para junto das bases onde demos conhecimento do que se tinha passado. Pouco depois chegou o sr. Ministro que tomou a palavra tendo sido interrompido por várias vezes por posições e palavras de ordem dos operários ali presentes. Queriam o sr. Ministro e o Daniel Cabrita, que o acompanhava, que fosse eleita uma comissão para reunir imediatamente com eles no Ministério. Os trabalhadores gritaram que a comissão eram eles todos e que o lugar das negociações era ali no local de trabalho. O sr. Ministro apresentou então uma proposta no sentido de se fazer um plenário para resolver o problema. Como tínhamos decidido em plenário anterior que aquela reunião funcionaria como plenário, pusemos imediatamente a proposta em votação e como foi aprovada por grande maioria, continuamos no refeitório. A discussão avançou até ter sido aprovada uma proposta que dizia: "uma vez terminados os prazos de espera, consideramos que o Secretariado eleito se desloque imediatamente ao edifício onde se encontra o sr. Ministro e entregue esta proposta em como declaramos imediatamente a greve". Apresentada esta ao sr. Ministro, este disse que tinha ficado deveras aborrecido com duas posições tomadas pelos trabalhadores: uma que tinha sido o terem os delegados sindicais abandonado a sala, o que considerava como uma falta de educação e outra por terem decidido por essa forma de luta e declarado imediatamente a greve. Não era de forma alguma apologista desta forma de luta e aproveitou para falar da greve e a quem ela serve, sobre o caos económico, etc.

Não houve diálogo porque só tinhamos a incumbência de entregar a proposta.

Também adiantou que não ratificaria qualquer horário inferior a 40 horas semanais (não sabia que a C.A. tinha já acordado 37 h 30 para os trabalhadores) pois o horário a nível nacional irá ser muito superior. A única observação feita por um operário presente foi: "por os horários não sei como é que o

REIVINDICAÇÕES — TAP

SANEAMENTO — dos indivíduos que tem tomado posições anti-operárias, como fiéis cães de guarda do capitalismo que são (o que se integra no processo iniciado em 25 de Abril de total desmantelamento da repressão fascista de neutralização dos seus agentes onde quer que se encontrem).

— APURAMENTO DOS RESPONSÁVEIS DO 12 DE JULHO DE 73, seu julgamento imediato, com conhecimento aos trabalhadores.

— REVISÃO DE SALÁRIOS — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o leque salarial e congelar salários superiores a 16 000\$00. (Há ordenados que vão de 5 000\$00 a 52 000\$00), a diferença entre o menor e o maior salário mesmo com este aumento seria de 45 000\$00 aproximadamente, e de repor o poder de compra dos trabalhadores com menores proventos, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

— APLICAÇÃO IMEDIATA DOS HORÁRIOS já acordados nas negociações do ACT o que prova que além de justos são praticáveis. Sabido que foi a TAP quem interrompeu as negociações, perguntamos; quem prevencia é que beneficia e somos nós os trabalhadores que temos de aguentar os prejuízos dos actos sabotadores dos outros? Que justiça é esta?

— CASTIGO DOS RESPONSÁVEIS PELOS DESPEDIAMENTOS REPRESSIVOS efectuados até 25 DE Abril — será isto colaborar com a reacção?

— Que a parte dos lucros respeitante ao ano de 1973 seja dividida em partes iguais por todos os trabalhadores. Será mais justo uns receberem 250 contos e outros receberem 200\$00 como pretendia a ex-Administração da TAP?

— NÃO ACEITAÇÃO DOS DESPEDIAMENTOS SEM JUSTA CAUSA — será isto extremismo?

— Que o POSTO MEDICO esteja aberto 24 horas com garantia de clínico e permanência de ambulância — será isto aventureirismo?

LUTA DOS TRABALHADORES

sr. Ministro pensa resolver o problema da TAP poi há aqui uma grande camada, concretamente a do voo, que pratica 40 horas mensais". Bem ali enfim... deu a explicação que bem entendeu. Para finalizar disse que não via hipótese de resolução do problema, uma vez que nós tínhamos uma posição firme e portanto isso suplantaria todos os poderes que tinha para negociar aquele "papel" — nunca lhe deu o nome de Caderno Reivindicativo. Entretanto os trabalhadores voltaram a reunir-se para estruturar o funcionamento dos piquetes de greve.

Os trabalhadores elegeram um Secretariado, composto por 12 elementos, que tem a função de coordenar toda a luta dos trabalhadores da DME e doutros sectores que aderiram à greve, e é composto por uma Comissão de Informação, e uma Comissão Cultural para o caso da greve se prolongar, o que nós pensamos que não, atendendo à estrutura da TAP e à orgânica em que ela está inserida.

A VERDADEIRA FACE DO GOVERNO

Cerca das 2 horas da manhã apareceram o sr. Ministro acompanhado do sr. Secretário, Carlos Carvalhas, e o Daniel Cabrita, com uma grande comitiva de delegados sindicais todos nossos conhecidos.

Lá fora estavam os "Chaimites" e as forças militares. Na reunião que tivemos com o sr. Ministro, apareceram às tantas um major e dois soldados armados de metralhadoras que disseram qualquer coisa ao Ministro e depois saíram. Durante a entrevista que tivemos com o sr. Ministro e acompanhantes, estes voltaram a insistir nas posições que tinham tido e tentaram-nos fazer acabar com a greve. Afirmámos não poder suspender a greve depois de um plenário ter sido ratificada a posição que ali mantinhamos... e que era fundamental que o sr. Ministro mandasse retirar as tropas. Este repensou bem o assunto e quiz saber quais os voos que estavam marcados para esse dia, — estava tudo parado excepto a ponte aérea Guiné-Lisboa o que é muito importante pois é uma tomada de posição anti-colonial dos operários da TAP. O sr. Ministro assegurou-se de novo dessa ponte aérea e da segurança das instalações da TAP. Então disse que ia tomar uma resolução de muita responsabilidade: mandar retirar as forças militares. Disse que o processo lhe estava a fugir das mãos e que teria que entregá-lo a outros ministérios.

LICÇÕES DE UMA LUTA

Se analisarmos o Caderno Reivindicativo verificamos que serve os trabalhadores que sintam os mesmos problemas. Aqueles que não aderiram a ele ou são anti-operários ou então estão imbuídos de linhas políticas reaccionárias que não interessam aos trabalhadores. Esta luta é uma luta a nível nacional, a nível de todos os trabalhadores portugueses e estes devem tirar daqui as suas lições. É que esta luta dos operários da DME e dos trabalhadores de outros sectores da TAP, avançou de modo a suplantarem a posição dos sindicatos

OS TRABALHADORES DA TAP FACE À REPRESSÃO

1- O Caderno reivindicativo TAP aparece, face ao alheamento da Comissão Sindical, no que diz respeito aos problemas dos trabalhadores que representa.

2- Esta Comissão Sindical TAP, encontra-se já destituída pelos próprios trabalhadores que o fizeram em Assembleia Plenária.

3- Os trabalhadores foram coagidos por modos violentos a interromper o Plenário, e a abandonar o local onde este decorria.

4- Foi-lhes dito que tinham 30 minutos para o fazer, findos os quais as tropas de choque do COPCON, que invadiram as instalações TAP, imediatamente actuariam.

5- Esta tropa de choque completamente armada em moldes de entrar em combate imediato, era composta por uma companhia completa de comandos, uma companhia completa de Paraquedistas, equipados de camuflado, 4 cartucheiras cada homem, faca de mato, e armados de metralhadoras G-3 e de G-3 calibre 7,62 de coronha retractil. Carros de combate chaimites em número de 5 com os ninhos de metralhadoras virados para os trabalhadores e equipados com as respectivas tripulações, prontas a intervir. Como não podia deixar de ser lá estavam os simpáticos "pastores alemães".

6- Todo este dispositivo entrou imediatamente em funcionamento como se se tratasse de responder a um processo de luta armada.

7- Apareceram os habituais oficiais a que já nos começamos a habituar a ver (recordam-se do motim dos Pides e da batalha campal do Rossio).

Estes senhores fazem-nos lembrar saudosamente os bons tempos do capitão Maltês à frente das suas brigadas em colaboração com os Pides/DGS.

8- Os trabalhadores TAP nutrem o mais profundo desprezo por esta forma repressiva.

Lutemos todos unidos por um Sindicalismo de Bases

NÃO AO DIRIGISMO

CAMARADA MANTEM-TE ALERTA

NÃO RESPONDAS AOS PROVOCADORES

UMA COMISSÃO DE TRABALHADORES

e das comissões sindicais, etc., que neste momento apostam e teimam em dizer que o sindicato é dos trabalhadores mas que não defendem as posições destes. Nesta altura de lutas operárias em todo o país, os trabalhadores da TAP avançaram para além das posições reformistas e burocráticas e isto diz-nos para já:

1 — Não foi através do telegrama enviado da Voz do Operário que se iniciaram imediatamente as negociações. Foi através da luta concreta e autónoma aqui no local de trabalho dos trabalhadores da TAP que foram iniciadas as negociações.

2 — A Comissão Administrativa dizia não poder aceitar a entrada do ACT senão em 1 de Janeiro de 1975. Ontem, em apenas uma reunião, foi decidida a entrada do ACT em 1 de Julho de 1974 e creio que isto também não foi resolvido pelo telegrama enviado daquele plenário. Foi através da luta dos trabalhadores. Temos consciência que será através das lutas progressivas dos trabalhadores que avançaremos para o derrube do capitalismo, lutas essas que nos levarão a um ponto, a uma estrada tanto mais curta quanto forem avançando. Não admitimos aqui na nossa luta autónoma qualquer interferência de órgãos mesmo que se digam representantes dos trabalhadores e isso é uma posição definida através de discussões tidas nas bases. Ainda há pouco no plenário foi citado um caso de um elemento dos electricistas, que faz parte da Comissão Sindical, que não defende as linhas dos trabalhadores mas sim a linha dele ou a que lhe mandam ter.

Ficou deliberado no plenário da DME e no dos Administrativos, que o comando da luta da TAP não poderia ser em conjunto. Quer dizer, houve uma cisão: a classe operária de um lado e os burgueses do outro.

Neste momento em que se dá a aderência doutros sectores dos Administrativos em que dizem apoiar e solidarizarem-se com a luta dos operários, têm estes sectores que ficar a rebuque dessa luta de modo a não lhe tirarem a autonomia nem o poder de decisão dos operários. Aderem ao nosso Caderno Reivindicativo e ficam pendentes da votação do sector operário.

REVOLUÇÃO — Considera portanto que existe aqui uma forma de organização autónoma da classe operária. Como é que vê a possibilidade de continuidade deste tipo de organização mesmo para além dum movimento de greve como o que existe agora na TAP ?

RESP. — Penso que será através dessas formas de organização autónoma, dentro dos locais de trabalho que os trabalhadores se devem organizar pois neste momento não há dúvida, que os trabalhadores a mandarem todos os seus problemas para sindicatos e inter-sindicais não os resolvem porque eles não defendem os seus interesses. Não quero dizer com isto que os sindicatos não servem. Quanto a mim tenho consciência absoluta que os sindicatos servem apenas até determinado passo da luta. A partir daí, como acontece nesta altura, são completamente ultrapassados. Desde que se leve à consciencialização das massas determinados problemas eles ficam irremediavelmente batidos, ultrapassados, mediante esta perspectiva de avanço de lutas em que os trabalhadores desde que as discutam, desde que não sejam boicotados como até aqui tem acontecido na maioria dos casos, vêm nitidamente que, para satisfazer alguns dos seus pontos e desmascarar determinadas utopias, têm que avançar nestas formas de luta autónoma dentro dos locais de trabalho.

SOGANTAL

Continuação pág. 2

prepararam-se para as levar com tudo o que se encontra na fábrica. Para isso têm dois camiões preparados, para o transporte do material, perto da Atalaia.

A mãe do guarda e depois uma operária da fábrica vêm os cartazes que tinham sido postos no muro da fábrica em que se podia ler: "Cães ferozes! Proibida a entrada!".

A população do Montijo e Atalaia é alertada. Juntam-se cerca de 2000 pessoas à porta da fábrica que perante o aparato utilizado pelos patrões, pretendem forçar a entrada. A fábrica é apedrejada, os vidros partidos e dois carros alagados pelos patrões barricados, completamente destruídos.

Os patrões utilizam contra as operárias e a população gases lacrimogéneos, os extintores de incêndio, cacetes e pistolas de alarme.

Aparecem a GNR e as FA (Copecon) que foram chamadas pelas operárias e tardam a aparecer.

Tenta-se dialogar com os patrões. Uma operária e um Tenente da GNR entram no escritório onde estes se barricaram. Discussão exaltada. A população pensa que estão a agredir a operária. Arrombam portas e atiram pedras.

Finalmente as FA prendem os indivíduos barricados e levam-nos sob custódia para o quartel do Lumiar. Comprometem-se a levá-los no dia seguinte ao Ministério do Trabalho, onde foi pedida audiência ao Ministro.

Numa carta, obtida pelas operárias, e que estava na posse de Pierre Lardat, que foi enviada a ministérios portugueses (Justiça, Trabalho, Administração Interna, Assuntos Sociais e Economia) e ainda ao Primeiro Ministro português, à embaixada de Portugal em Paris e autoridades francesas, dava-se conta da "operação de comandos" que se propunham fazer.

Dia 26- Audiência no Ministério juntamente com as operárias da da

Charminha e Naturana cujos proceços de luta são idênticos.

Os patrões não comparecem como tinha sido prometido às operárias.

Entrevista com o Ministro durante cerca de uma hora, onde este diz que o Governo vai tratar do assunto ao que uma operária responde que durante três meses de greve o Governo não tinha feito nada. Esta operária é posta na rua pelo Ministro e perante a atitude deste, outras operárias abandonam a sala.

As operárias decidem ir ao Quartel do Lumiar para saber o que aconteceu aos patrões. Estes continuam aí, recusam-se a recebê-las e verificam que eles se movem à vontade lá dentro, comem na Messe dos Oficiais e inclusivamente têm saída do Quartel.

As operárias começam a pensar que eles estão "feitos" com membros do G.P. Efectivamente uma carta obtida pelas operárias, dirigida às autoridades francesas, a Administração da Sogantal pede que seja "exercida pressão sobre as autoridades portuguesas no sentido de se dar protecção àqueles comandos".

As operárias regressam à fábrica e organizam piquetes para a ocupação e defesa da mesma.

Dia 27- Chegam à fábrica elementos das Forças Armadas com o Gerente português e dois franceses para levarem as bagagens e documentos que ali tinham deixado.

Até este momento, as operárias continuam a ocupar a fábrica e à espera da resolução do problema. Entretanto foi aberto um inquérito aos "acontecimentos Sogantal" e os patrões foram postos em liberdade não podendo no entanto abandonar o país.

Estranha justiça esta em que se tratam os patrões com reverência mas em que não hesita em utilizar meios repressivos e violentos para impedir a luta dos trabalhadores pelas suas justas reivindicações (vidé CTT, TAP, etc.) ou em deixar que os trabalhadores vão para o desemprego porque os patrões resolvem fechar as fábricas.



DECLARAÇÃO DO P.R.P.-B.R. SOBRE O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-CABO VERDE PELO ESTADO PORTUGUÊS

1 — Na altura em que o actual regime político português reconhece a nação da Guiné-Bissau, aceitando no plano do direito o que de facto existia inequivocamente e porque ultrapassados pelo MFA na Guiné, que is entregando os quartéis ao PAIGC, como antes do início de quaisquer negociações, o PRP-BR saúda fraternalmente o povo guineense e o PAIGC na construção de um Estado que se queira independente e sem quaisquer vínculos de tipo neocolonialista ou de subordinação aos imperialismos e na edificação de uma sociedade em que não tenha lugar a exploração do trabalho e em que se realize por inteiro a capacidade de desenvolvimento dos meios materiais e culturais de vida do povo guineense.

3 — Apoiando os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e o PAIGC, o nosso partido lutará pela independência imediata de Cabo Verde e pela unidade Guiné-Cabo Verde que são, no momento presente, contrariadas por interesses do imperialismo que o actual regime político português continua a servir, muito embora adoptando uma orientação diferente da do anterior regime, recorrendo e apoiando manobras do tipo novo, tais como aquela que se consubstancia na actividade da chamada União Democrática de Cabo Verde (UDC).

4 — Certo de que encontrará a seu lado os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, em solidariedade com os povos irmãos de África, o PRP-BR, na consequência da sua anti-colonial e contra o neocolonialismo e o imperialismo e na sua linha de interclassismo proletário, combaterá ainda pela independência imediata e completa de São Tomé e Príncipe, de Angola e Moçambique e dos outros territórios sob a dependência colonial portuguesa e para que seja impossível a permanência da dominação colonial ou o estabelecimento de um domínio neocolonialista sobre países como Angola, que aparece hoje como um dos baluartes onde o capitalismo português empoeirado ao imperialismo travará mais duramente uma das suas últimas lutas pela continuação de tal domínio.

5 — O PRP-BR afirma que esta orientação política é assumida no quadro da sua luta pela Revolução Socialista em Portugal, contra o imperialismo e pela efectiva solidariedade revolucionária dos trabalhadores de todo o mundo e que, em estreita unidade, a concretização de cada um destes objectivos é servida a concretização de todos os seus outros objectivos revolucionários.

6 — A solidariedade que afirmamos não é de hoje nem cabe apenas na esfera das palavras; ela tem-se realizado não só numa efectiva prática especificamente política como também numa série de acções armadas contra a política colonial do anterior regime e do seu esforço de guerra.

7 — Mesmo depois do 25 de Abril o PRP-BR continuou e continua a sua luta política contra os projectos colonialistas e neocolonialistas que o actual regime desenvolveu e desenvolve e dá grande importância a esta luta adentro da sua luta política.

8 — A ilustrar a solidariedade do PRP-BR com a luta dos povos das colónias e dos Movimentos de Libertação assinala-se o que na efectivação de tal solidariedade se apresenta como mais relevante.

9 — Na passagem do ano de 1972 para 1973 um grupo de militantes, muitos dos quais viriam a integrar-se no PRP-BR aquando da sua constituição, impôs, na Capela do Rato, em Lisboa, a discussão em assembleia aberta do problema da guerra colonial. Tal iniciativa, apoiada por vasta agitação, foi bastante importante no desbloqueio da luta contra a guerra colonial e o colonialismo.

11 — O PRP-BR apoiou directamente a luta dos Movimentos de Libertação quando obteve nos Serviços Cartográficos do Exército os mapas militares dos territórios coloniais e os entregou aos Movimentos de Libertação — MPLA, FRELIMO e PAIGC.

12 — Em Portugal o PRP-BR lutou pela violência contra o esforço da guerra colonial destruindo 15 camiões Berliet, sabotando com explosivos barcos que iam partir para as colónias com tropas e ainda o Centro de Comunicações Telegráficas e Telefónicas com as colónias, o Quartel General do Porto e o Quartel General de Lisboa; na noite de 6 de Abril de 1973, trabalhou-se no sentido de paralisar o centro nevrálgico do Exército com a sabotagem dos seus Serviços Mecanográficos, Administrativos e de Recrutamento, operação em que morreram dois militantes das Brigadas Revolucionárias.

12 — Em apoio da luta de libertação do povo guineense e do PAIGC, o PRP-BR provocou a explosão de uma bomba no quartel general em Bissau com o fim de sabotar a máquina de guerra colonial que aí se desenvolvia.

14 — Vem, depois, o PRP-BR na continuação do sentido político da sua existência como país independente e a todos ainda colonizados pelo capitalismo português de parceria com o imperialismo internacional e que lutam por uma independência imediata e incondicional



NA ÍNTEGRA DECLARAÇÃO DA DIRECÇÃO DO M.P.L.A. AO CONGRESSO

O desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional levou a Reunião Plenária do Comité Director em Setembro de 1971 a decidir a realização do Primeiro Congresso do MPLA no mais curto espaço de tempo.

Dificuldades de ordem diversa, sobretudo devidas ao afastamento das várias frentes de combate, foram impedindo a materialização daquela decisão, ao mesmo tempo que condicionamentos externos contribuíam para agravar divergências existentes no seio do Movimento e que culminaram com o aparecimento sucessivo de duas fracções contestando a autoridade da Direcção do MPLA.

A todo o momento procurou a Direcção, num espírito de salvaguarda da coesão interna, ir ao encontro das motivações de que as fracções se reclamavam. Estas fracções, escudando-se em pretextos sem causa nem fundamento, recusavam-se ao diálogo no seio do Movimento, forçando desde o princípio a exteriorização, se não a internacionalização das divergências que arvoravam.

Perante tal situação a OUA e os países limítrofes constituíram-se em intermediários primeiro, e em comissão de bons ofícios depois, entre as supostas partes do MPLA em confronto.

A experiência histórica do MPLA nomeadamente a que se refere ao período de 1963/64, bem como a dos movimentos de libertação dos países irmãos, já nos tinha mostrado a impossibilidade de resolver tal problema por simples fusão de grupos fracccionistas. Quando as contradições atingem o limite de rutura, é difícil, se não impossível, reduzir essa rutura enquanto persistirem as contradições que muitas vezes são reflexo de poderosos interesses externos.

Conscientes daquela experiência histórica, mas impregnados do espírito de conciliação e de unidade, aceitamos participar construtivamente no Congresso, numa derradeira tentativa de encontrar uma base comum de entendimento.

Sempre no espírito de unidade no seio do MPLA e de encontro de uma solução interna dos problemas, fomos ainda mais longe nas nossas concessões:

— Presença em Mogadiscio, durante a Conferência cimeira da OUA em delegação «tripartida», admitindo o uso da palavra em nome do MPLA, a um dirigente suspenso, chefe de fracção.

— Participação em partes iguais, na Comissão Preparatória do Congresso.

— Reunião da Comissão Preparatória, fora dos locais do MPLA.

— Critério de participação anti-estatutário, em que o Movimento é obrigado a aparecer com o mesmo número de delegados (165) que uma das fracções, e em que a outra fracção participa com a totalidade dos seus aderentes (70) — muitos deles de militância duvidosa ou sem militância alguma. Segundo o critério de participação estatutário cabiam ao MPLA cerca de 70% dos delegados, mas o que veio a verificar-se foi a participação de 40%.

— Aceitação da realização do Congresso fora do nosso País, pelo significativo e estranho medo manifestado pelas fracções em reunir-se no seio do seu próprio País.

— Escolha de observadores e convidados não tendo em conta os laços tradicionais de amizade e de solidariedade que nos ligam a outros países.

Em 4 de Agosto o Grupo de Acção Democrática Cabo Verde Guiné (GADCG) promoveu uma conferência de imprensa onde, a par da satisfação manifestada pelo reconhecimento da independência da Guiné-Bissau se referiram às consequências positivas desta para a luta do povo de Cabo Verde pela sua independência e unidade com o povo da Guiné-Bissau.

Analisou-se a situação económica, política e social de Cabo Verde da Guiné, o silêncio significativo de alguns grupos políticos sobre esta questão e denunciaram-se os grupos fantoches que apoiam mais ou menos abertamente o neocolonialismo. Disse-se que após o golpe militar de 25 de Abril as estruturas de opressão se mantêm fundamentalmente na mesma.

No que respeita à repressão policial e burocrática existentes em Cabo Verde, foi citada a carga repressiva sobre soldados cabo verdianos em princípios de Julho. Referiu-se também a apreensão de um jornal de parede com recortes do «Diário de Lisboa» e depois com recortes do «Revolução»; o primeiro circulou normalmente em Portugal e o último transcrevia na íntegra um texto de Amílcar Cabral. Referiu-se que a emigração foi uma forma de resistência à ocupação colonial e que, da parte do Governo português, foi uma tentativa de evitar sérias tensões sociais. Foram denunciados os despedimentos de trabalhadores cabo verdianos entre nós e as discriminações de que são vítimas.

O «referendo» que o Governo português pretende realizar em Cabo Verde foi denunciado em termos de atentado ao direito que qualquer povo tem à sua independência e como manobra para continuar o domínio colonial por outras formas.

Foram colocados em paralelo diversos grupos fantoches existentes na Guiné e Cabo Verde como por exemplo, as chamadas Liga Popular dos guineus e União Democrática de Cabo Verde. A propósito desta última precisou-se que foi inicialmente formada por comerciantes e agrários, em relação à Liga Popular dos Guineus, com certa existência antes do 4 de Abril, referiu-se que foi um instrumento dócil da política demagógica conduzida na Guiné durante o Governo do General Spínola (a tal política «por uma Guiné melhor»).

COLÓNIAS

Estas e outras concessões fazem-se ao mesmo tempo que as fracções recusam reconhecer a Direcção legal do Movimento e vão ao ponto de não aceitar que a abertura do Congresso seja feita pelo Presidente do MPLA.

Chegados ao Congresso não param as nossas concessões e começam as anomalias que iriam travar de maneira insolúvel a marcha dos trabalhos:

— Logo na verificação de mandatos, dia 13/8/74 se descobrem 14 elementos da FNLA integrados na delegação da dita «Revolta de Leste». Um outro elemento da mesma fracção viria declarar-se da FNLA na Plenária de 21/8.

— Apesar da rigorosa exigência da realização do Congresso à porta-fechada, assiste-se a um pulular de notícias tendenciosas difundidas por determinadas agências de informação aparentemente sem contacto com o Congresso.

— Desde a abertura do Congresso assiste-se à orquestração de um espírito de «feira», que tolhe toda a serenidade e seriedade a um acontecimento desta natureza.

— Apesar das concessões acima descritas, apesar do nosso espírito de conciliação que se reflectiu na nossa proposta de aprovação das decisões fundamentais por uma maioria agravada de 2/3, que estabelecesse o consenso e evitasse a sobreposição de uma parte sobre a outra, e mais, possibilitasse a coesão real do Movimento, as duas fracções aproveitaram-se do facto de, coligadas, estarem em maioria para tentarem a todo o momento espezinhar a Direcção e com ela todo o Movimento com o objectivo de mais tarde lhe impor soluções, em absoluto contrárias aos interesses do nosso Povo.

Perante esta situação que demonstra a inutilidade dos esforços consentidos na procura de uma solução, e verificada que ao nosso espírito construtivo, responde uma sistemática atitude destrutiva.

— Fortalecidos pelo apoio incondicional do nosso Povo, dos nossos militantes e das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola;

— Conscientes do dever indeclinável de defender as conquistas revolucionárias de treze anos de luta armada;

— Conscientes da necessidade imperiosa de encontrar directamente a solução dos gravíssimos problemas que nesta hora se colocam ao País e ao nosso Povo;

— Conscientes de que o arrastar-se indefinido de um Congresso anormal apenas agrava a situação interna de Angola, pela qual nos sentimos responsáveis, ao mesmo tempo que permite às forças imperialistas organizarem-se no País;

— Conscientes de que só no terreno da luta e entre o nosso Povo encontraremos soluções que não traiam os seus sagrados interesses;

— Encorajados pelo apoio de largas massas populares ao MPLA e

ao seu Presidente, expresso por dezenas de manifestações por toda a Angola, por milhares de assinaturas subscrevendo mensagens, cartas e telegramas chegados ao Congresso.

A Direcção do MPLA e os militantes mandatados pelo Movimento a este Congresso especial, declaram:

a) A impossibilidade de continuar a procura de um entendimento com fracções cujo objectivo é a negação total e sistemática do espírito de unidade que nos reuniu;

b) A sua inabalável decisão de prosseguir a luta por todos os meios até à independência completa de Angola;

c) A próxima realização do Primeiro Congresso do MPLA nas zonas libertadas do nosso País;

d) A ilegalidade da realização de pseudocongressos ou conferências em nome do MPLA por fracções a sós ou coligadas, bem como o uso abusivo do nome do MPLA por qualquer fracção.

A Direcção do MPLA agradece penhorada a presença fraternal da FRELIMO e do PAIGC e o seu apoio ao caminho justo da unidade por que nos batemos.

A Direcção do MPLA exprime o seu reconhecimento à OUA, a todos os países e organizações que contribuíram para que este Congresso tivesse início. Em especial, manifestamos à República Popular do Congo e à República da Zâmbia o nosso agradecimento pelas facilidades e ajudas concedidas, com uma deferência especial pelas autoridades zambianas e pelo seu ilustre Presidente, Sua Excelência o Dr. Kenneth Kaunda, que durante este período nos prodigalizou o melhor da sua atenção.

O MPLA apela para todos os países do Mundo, organizações e amigos para que mantenham alto e indefectível o seu apoio à justa luta do nosso Povo e ao MPLA, para que Angola Viva.

Nos militantes que hoje se apresentam ocasionalmente junto de grupos fracionistas, a Direcção do MPLA estende fraternalmente a mão para que venham participar no Primeiro Congresso do MPLA com a plena independência de opiniões que preside a unidade de princípios por objectivos comuns.

A independência de Angola está próxima e exige de todos a presença sem reservas, o contributo valioso de cada patriota.

A Direcção do MPLA apela para o Povo Angolano, para todos os seus militantes e simpatizantes a fim de que intensifiquem a sua participação total no combate pela libertação da Pátria.

VIVA O MPLA!

A VITÓRIA É CERTA

Lusaka, 22 de Agosto de 1974

A DIRECÇÃO DO MPLA
Agostinho Neto

A PROPÓSITO DA LEI (ANTI) - GREVE

A razão é simples: começa por ser restritiva (e de que maneira) do direito à greve, para depois caucionar o «lock-out» baseado no desprestígio das restrições impostas. O artigo 21.º/a) e d) di-lo claramente...

6.º — É visível o esforço dos modernos aristocratas de S. Bento em fazerem passar o Estado, e através deste as empresas públicas, por entidade acima e fora dos interesses e conflitos de classe. E é partindo desta vil deturpação da realidade que se prepara para cozinhar uma «lei especial» para os «servidores do Estado, autarquias locais, institutos públicos ou instituições de Previdência». Porque esta lei especial? Porque caminhamos para uma situação de capitalismo monopolista de Estado e porque todos os esforços são poucos para que esses senhores evitem a agitação social e, para além desta, a derrocada do capitalismo em Portugal.

Esquecem-se, entretanto, aqueles que tomaram em mãos a defesa do capitalismo que os trabalhadores não conhecem menos dos seus interesses do que eles dos seus e que

a regulamentação das condições e relações de trabalho nas empresas públicas contém em si uma tremenda contradição: a de definir claramente a sua natureza de Estado-Patrão.

7.º — Finalmente, temos expresso nos artigos desta já «famosa» lei o seu carácter repressivo. Seria perder tempo, tão claro isso se torna aos olhos de quem a lê e sente, qualquer comentário. Ficamos, entretanto, e se a ironia nos é permitida, na expectativa de ver punido(s) com prisão, e de acordo com o parágrafo 1 do art. 28.º, os responsáveis pelo envio de tropas para o aeroporto da Portela de Sacavém exercendo coacção sobre os trabalhadores da TAP em greve...

HA SEMPRE UMA SAÍDA

Enfim, a César o que é de César! Os interesses dos trabalhadores são desses mesmos trabalhadores; a legislação que nos permitimos chamar de anti-greve é da responsabilidade do Governo Provisório. E na situação actual, é óbvio que uns serão obrigados a lutar, os outros a demitirem-se.

EXTRACTOS DO DECRETO-LEI

Artigo 4.º

Aos servidores do Estado, autarquias locais, institutos públicos ou instituições de previdência, será reconhecido o direito à greve nos termos que vierem a ser definidos por lei especial.

Artigo 5.º

1. É ilícita a greve que tenha como objectivo a modificação de contratos e acordos colectivos de trabalho, antes de expirar o seu prazo de vigência.

Artigo 7.º

1. Não é permitida a cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo.

Artigo 8.º

1. A greve deve ser obrigatoriamente precedida de um período de negociações e de tentativa de conciliação ou mediação com a entidade patronal nunca inferior a 30 dias, contados a partir da data da apresentação por escrito das reivindicações.

2. Enquanto não for regulado o sistema de solução dos conflitos colectivos, a mediação de que trata o número anterior será exercida por comissões «ad hoc», constituídas por um representante do Ministério do Trabalho que presidirá e por dois representantes dos trabalhadores.

Artigo 10.º

1. As decisões da assembleia dos trabalhadores a que se refere o n.º 2 do artigo anterior serão tomadas em escrutínio secreto e deverão obter mais de 50 por cento de votos da totalidade dos trabalhadores da empresa a quem a greve respeite, ao serviço à data da entrega das reivindicações a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º.

2. No escrutínio estará presente um representante do Ministério do Trabalho.

3. Para o efeito do número anterior deverá a comunicação correspondente dar entrada com a antecedência de um dia útil no Ministério do Trabalho ou na sua delegação mais próxima com a indicação da data, hora e local do escrutínio.

Artigo 11.º

1. Decidida a greve, esta será comunicada à entidade ou entidades

contra as quais é declarada com a antecedência mínima de 7 dias úteis, ou os necessários, para assegurar que por efeito da interrupção não resultem danos para os equipamentos ou deterioração dos produtos em laboração.

4. A declaração de greve será acompanhada da definição clara dos seus fundamentos, da fixação precisa do seu objectivo e da identificação dos delegados de greve a que se refere o artigo 12.º.

3. As indicações constantes dos números anteriores serão comunicadas também ao Ministério do Trabalho ou sua delegação mais próxima com antecedência mínima de 7 dias úteis antes do início da greve.

Artigo 14.º

1. É garantida a liberdade de trabalho dos não grevistas.

2. Enquanto durar a greve não pode a entidade patronal substituir os grevistas por pessoas que, à data da entrega das reivindicações não estejam ligadas à empresa por um contrato de trabalho.

Artigo 16.º

1. A greve suspende o contrato dos trabalhadores nela intervenientes sem prejuízo de observância das disposições aplicáveis na legislação sobre previdência.

4. O tempo de suspensão conta-se para efeitos de antiguidade.

Artigo 21.º

As entidades patronais apenas poderão proceder ao encerramento da empresa: a) Quando seja declarada uma greve que não obedeça ao condicionamento previsto nos artigos anteriores; d) Quando, por razões de ordem técnica, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, se verifique a impossibilidade de continuação de laboração.

Artigo 28.º

2. Os promotores das reuniões, delegados de greve e associações sindicais que não notifiquem o Governo, nos termos dos artigos 10.º, n.º 4 e 11.º, n.º 3 do presente diploma serão punidos com multa de 500\$00 a 10 000\$00, que será elevada ao triplo no caso do artigo 17.º, n.º 3.

4. O presente artigo não prejudicará a aplicação de penas mais graves estabelecidas na lei geral, ficando também ressalvada a responsabilidade civil e disciplinar pelos actos praticados.

CHARMINHA

As trabalhadoras da Charminha continuam a produzir e a vender, o que lhes tem permitido pagar os salários e fazer face a outras despesas da fábrica num processo de auto-gestão, com ocupação permanente—o que lhes não resolve os problemas mediatos uma vez que a matéria prima está em vias de acabar. Há três meses que iniciaram a sua luta e depois de várias entrevistas no Ministério do Trabalho as trabalhadoras da Charminha vêem a sua situação agravar-se de dia para dia, sem que o Governo Provisório tome medidas no sentido de dar uma solução a mais este caso.

A administração da FM Hammerle tem-se recusado sistematicamente a qualquer contacto apesar dos telegramas e telex enviados pelas trabalhadoras. Entretanto têm enviado ao Ministério do Trabalho como seu representante, o advogado da empresa, Biscaila Pereira, «que numas vezes tem direitos para tudo, outras vezes só tem direitos forenses, quer dizer, tem direitos conforme lhe convém», o que mostra bem o interesse da entidade patronal, com a cumplicidade do Ministério, em prolongar, num adiar sistemático a resolução.

A única possibilidade que as trabalhadoras vêem para sair desta situação é a compra da empresa, ou por um processo de cogestão em que a entidade patronal teria 51%, ou a compra pura e simples da empresa. É isto porque verificaram que não era possível a formação de uma cooperativa com as outras empresas em idêntica situação, «porque há dificuldades de várias ordens, entre elas a de financiamento».

Os sindicatos reformistas têm demonstrado a sua incapacidade perante um processo de organização independente, que lhes escapa nas suas posições de cúmplice. As operárias têm verificado isso e a prova é quando afirmam: «Os sindicatos não tomam iniciativas, só arranjam complicações, só baralham mais as pessoas. Até à data não tivemos apoio deles.»

A solidariedade de outros trabalhadores de outros sectores tem-se mostrado somente pela compra dos produtos da Charminha que as operárias têm vendido um pouco por todo o lado. Mas esta tem que tomar outras formas mais activas, tanto mais que este caso não aparece isolado mas sim integrado num processo de luta contra o capitalismo, e mais concretamente contra as manobras do capitalismo internacional e cumplicidade do poder burguês e dos partidos que se reclamam representativos da classe operária.



V. I. LENINE
DO ESTADO

à venda
brevemente

edições REVOLUÇÃO

ESCREVE-NOS
PARA O
APARTADO
N.º 4117

CHILE

Há um ano, no dia 11 de Setembro, um golpe fascista abateu-se sobre o Chile, matando milhares de cidadãos e estabelecendo um regime de terror, na defesa dos interesses capitalistas.

Aos revolucionários chilenos e aos revolucionários de todo o mundo cabe fazer o balanço histórico do que foi o caso do Chile, como projecto e como derrota.

Não é de hoje nem de ontem, mas é desde a vitória eleitoral da Unidade Popular, que os revolucionários afirmam que o socialismo não se conquista por eleições, que a burguesia não se derruba com votos, que o regime chileno era uma mistificação e uma ilusão.

As ilusões reformistas viram no Chile o Eldorado onde o socialismo viria sem revolução, onde a burguesia seria "convencida", pela força da opinião pública, a abandonar os seus postos. Publicações da esquerda portuguesa retribuíam com o Chile, reproduziam as discussões públicas "democráticas" entre o Presidente Allende e o jornal fascista "El Mercurio". Cegos, os reformistas encaminhavam-se para um suicídio sangrento, no qual arrastaram milhares de pessoas.

Os reformistas são os responsáveis directos pela vitória do golpe militar do Chile. Mas aos revolucionários cabe também a responsabilidade de não terem ido mais além, de terem transigido com o Governo, de, por vezes, não terem feito uma nitida e clara demarcação das fronteiras reformistas.

O regime chileno de Unidade Popular era um regime capitalista, dentro do qual determinados sectores tentaram fazer reformas a favor das classes trabalhadoras. Por outro lado, as contradições existentes dentro do próprio regime, permitiram que os trabalhadores fizessem expropriações de propriedades agrárias e industriais, pondo-as ao serviço do povo. Grandes movimentações permitiram que os trabalhadores se organizassem.

Mas o fundamental da estrutura económica mantinha-se. Mas o Governo tinha muitos reacçãoários. Mas os trabalhadores organizaram-se, mas não se armaram. Mas os revolucionários foram combatidos!

O regime de Unidade Popular foi um regime de conciliação entre classes. Logo, atraído ou os interesses dos trabalhadores. As oscilações e cedências eram visíveis desde o início. As ameaças pa-

tronais de Outubro de 72 deram origem a um Governo de Unidade Popular-Generais ou Civico-militar, em vez de se dar uma maior aproximação das massas trabalhadoras. Alguns desses generais viriam a estar comprometidos no golpe de Setembro.

Antes do golpe de Setembro, houve em 29 de Junho um primeiro golpe, que foi abortado. Em seguida a isto que medidas se tomaram? Em seguida a isto Allende e o seu Governo instituem aquilo a que chamam a política do "diálogo". Com quem? Com a burguesia, com o partido Democra Cristão, com os golpistas! Dialogadores que viriam a ser os seus próprios assassinos. Mas não só dos que queriam dialogar como também de milhares de outros que sobre isso nada disseram. O que aumenta muito a responsabilidade.

O Ministro Briones, campeão do "diálogo", manda reprimir manifestações de milhares de trabalhadores. A 3 de Julho o número 187 da revista "Punto Final" (da esquerda revolucionária) é proibido de circular. Militantes revolucionários são perseguidos e presos.

A 13 de Julho, a rádio "Sargento Aldea" é invadida pelo exército, para terminar com o programa "Frente dos Trabalhadores Revolucionários". Por fim, mais grave que tudo, a "Lei sobre controle de Armas" transforma-se num instrumento de perseguição das classes trabalhadoras. Ao abrigo desta lei sucedem-se as buscas às sedes de partidos populares, a instalações da CUT (Central Única Sindical), a fábricas, ao programa universitário da televisão.

Isto é, os trabalhadores em vez de armados são desarmados.

Enquanto isto se passa, Eduardo Frei é Presidente do Senado. Quem é Frei?

Militante do Partido Democra Cristão e será curioso saber as actividades deste cavalheiro.

Em 1964 ganhou as eleições para a Presidência do Chile, derrotando Salvador Allende. Soube-se mais tarde, exactamente em Abril de 1973, durante o regime de Unidade Popular, que a candidatura de Frei tinha recebido dos Estados Unidos 20 milhões de dólares.

Em Outubro de 1970, durante o regime de Allende é assassinado Schneider, chefe do Exército. O assassino declara na prisão, dando indicações objectivas, que Frei estava implicado.

Apesar de tudo isto, em pleno

Revolução Solidariedade com os trabalhadores e os revolucionários do Chile

regime de Unidade Popular. Frei presta juramento em Maio de 1973, como senador. Um jornalista revolucionário, dirigente do Sindicato, faz uma petição de incapacidade ao Senado. Sem resultado.

Enquanto a esquerda reformista colabora nesta tragédia, o que faz a esquerda revolucionária? Travando um combate de crítica contra o Governo e a Unidade Popular, desenvolvendo movimentações de massas a vários níveis, a esquerda revolucionária, se peçou, foi por ter sido demasiado transigente, por não se ter demarcado claramente do Governo.

Ao contrário do que para ai se diz, a esquerda revolucionária chilena se tem responsabilidades é por defeito e não por excesso.

A responsabilidade cabe àqueles que sonham com o socialismo de luva branca, que fazem alianças de classes a favor da burguesia, que criam ilusões de que reforma a reforma se pode transformar a sociedade. Como na Alemanha da Primeira Grande Guerra, como na Espanha republicana, como na França da Frente Popular, o saldo dos governos de coligação e de conciliação é sempre trágico para a classe explorada. E assim se transforma em social-traição. O reformismo é o pior dos aventureirismos, porque descobre a cara de milhares de pessoas, deixando-as de mãos vazias.

A bela e corajosa aventura de Che Guevara na América do Sul revela uma posição de esquerda. E a morte que ele arrisca e assume é isolada ou quase. Enquanto que a aventura direitaista de Allende arrasta atrás de si milhares de anónimos cidadãos chilenos.

A situação no Chile tem demasiadas semelhanças com Portugal para que o estudo da história do regime de Unidade Popular e da sua derrota não impressione.

Mas, o reformismo é o reformismo e tem a mesma cara em toda a parte do mundo. Não há outra coisa a esperar.

Cabe aos revolucionários fazer a revolução.

Em Portugal, como no Chile, a instabilidade da situação económica leva a pôr o dilema **fascismo ou socialismo** e o segundo só pode nascer da organização revolucionária dos trabalhadores a todos os níveis e por todas as formas de luta.

EDITORIAL

A situação em Portugal tem evoluído de molde a ser necessária uma análise diária dos novos dados. O que para o Poder é com certa tarefa difícil, mas o que também não pode deixar de ser feito por quem queira estar na luta de forma revolucionária. Mais uma vez dizemos que não basta fazer afirmações ideológicas repetindo textos de revolucionários do passado. Isso não é teoria, isso não é análise. Isso é repetição escolar.

É preciso analisar a situação de Portugal hoje; a economia e a sua evolução; a posição das classes; a relação de forças; o jogo político no Poder e nos partidos.

Setembro começou em Agosto... ou seja, tudo quanto se esperava para Setembro não esperou o fim do mês, apesar das férias e do calor. A situação de crise corre demasiado rápida para ser influenciada por esses factores.

Agosto quente para a reacção e para as lutas dos trabalhadores. Agosto quente para os políticos.

Não são as brotoejas provincianas da reacção, que jogam neste caso. Mas a reacção ligada ao grande capital financeiro, ligada aos grandes meios e às grandes influências. É sobre ela que é necessário concentrar atenções. Galvão de Melo mostrou o leque completo durante este mês de Agosto. Tão completo, que os partidos e os jornais mais fiéis seguidores de tudo quanto é oficial (Governo Provisório, MFA, JSN), acusam o toque e protestam mesmo. É que o medo começa a dar os seus efeitos! Como vai longe (quatro meses!) o tempo em que, por dizer a mesma coisa, qualquer de nós era apelidado de "aventureiro" e de "provocador".

Mas Agosto foi também um mês de lutas. Sogantal, Charminha, Naturana, aguentam-se contra o terrorismo dos patrões e contra a passividade governamental. Há as lutas da Propam, do Jornal do Comércio, da Azambuja. E há por fim a luta da TAP, na qual tudo é mais claro e mais avançado. Mais claro o jogo da burguesia e de todos os seus recursos — Governo democrático, sindicatos, partidos reformistas. Mais avançada a forma de luta, na qual é a classe operária que está realmente na vanguarda, rejeitando cúpulas, desmascarando o reformismo em termos políticos. A solidariedade de grandes empresas como a Lisnave e a Timex e dum serviço nacional com o CTT, altera ainda mais a qualidade da luta.

As lutas dos trabalhadores estão intimamente ligadas com o aumento do custo de vida, que a crise económica agrava de dia para dia.

Pais sem produção independente dos bens de primeira necessidade e sujeito a ser campo de trabalho barato para as multinacionais, Portugal debate-se com problemas que só uma economia socialista pode resolver. Os 120 milhões de alguns dos donos deste país e os seus projectos não fazem mais do que tentar resolver os problemas deles, capitalistas. Que se associam para defender os seus interesses.

A independência da Guiné, que antes de ser oficial já tinha sido "oficializada" pelas tropas portuguesas na Guiné; a inevitável evolução rápida em Moçambique onde ainda se tenta jogar um jogo neocolonialista; e Angola, onde o colonialismo emprega todos os meios desde o divisionismo no MPLA até à criação dum Katanga — Cabinda; este balanço entre a luta revolucionária, as intenções oficiais neocolonialistas e as grandes estratégias internacionais, dá à situação um carácter ainda mais instável.

Entretanto as eleições aproximam-se e o tempo que falta já é pouco para os grandes jogos eleitorais. Os partidos de direita fazem o estendal dos grandes meios financeiros, gastando fortunas em cartazes que cobrem a cidade. O PS balança entre o PPD e o PC como companheiros eleitorais; o PC balança entre a frente unida com o PS e a possibilidade de aparecer com a face CDE—MDP em vários pontos do país. E em tudo isto a contabilidade dos votos joga a fundo...

Só os trabalhadores nada "jogam" porque jogam a vida. Alheios a manobras, as grandes massas das indústrias de ponta, das empresas com milhares de trabalhadores, as grandes massas das quais dependem o fazer-se ou não a revolução socialista, abançam na consciências e na organização. Do salto na criação duma vanguarda, a qual possa recorrer a todos os meios, depende o futuro imediato deste país.

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 60\$00
Anual — 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4

Fazer assinatura do jornal "Revolução" é uma forma de o apoiar. Apoiar o "Revolução" é apoiar a Imprensa Popular, é lutar contra a informação capitalista, é lutar pelo fortalecimento material e moral de uma imprensa ao serviço das classes trabalhadoras em luta contra todas as formas de exploração.

ESTRANGEIRO:

Europa: Semest. - 130\$00
Anual - 260\$00

Fora da Eur.: Semest. - 160\$00
Anual - 320\$00

De apoio

UM CONHECIDO
CRÍTICO DE TELEVISÃO
TENTANDO EM VÃO
DAR PROVAS DO
SEU PESO
POLÍTICO DURANTE
A GREVE DE
24 HORAS DOS
TRABALHADORES
DOS JORNALS

